



MITOS MODERNOS

Explorando preconceitos sobre a religião e a fé cristã

MANUEL RAINHO

GBU

GBU

Rua Raul Mesnier du Ponsard 7-D, 1750-148 Lisboa

tel. +351 917 674 536 - gbu@gbu.pt

www.gbu.pt - facebook: /gbuportugal - instagram: @gbuportugal

QUEM SOMOS

O Grupo Bíblico Universitário (GBU) é um espaço para questões honestas sobre a Bíblia, a vida académica e a sociedade. Há mais de 50 anos em Portugal e existente em cerca de 180 países, o GBU tem influenciado milhares de estudantes, hoje integrados nas mais variadas esferas da sociedade. Organizamo-nos em grupos locais em diversas cidades onde há presença de ensino superior e dispomos de uma rede de líderes estudantis, cooperadores e staff que colaboram para alcançarmos a nossa visão.

VISÃO

Estudantes que, como comunidade de discípulos, se empenham na transformação pelo e para o evangelho, servindo e influenciando a universidade, a Igreja e a sociedade para a glória de Cristo, ao longo do tempo de estudo e ao longo da vida.

Mitos Modernos: explorando preconceitos sobre a religião e a fé cristã

1a edição © Grupo Bíblico Universitário de Portugal, 2012.

2a edição © Grupo Bíblico Universitário de Portugal, 2023.

Esta publicação pode ser impressa e fotocopiada. A utilização de excertos do texto deve ser devidamente referenciada.

Autor: Manuel Rainho - manuelrainho@gbu.pt

Revisão: David Raimundo

Capa & Paginação da 2a edição: David Raimundo

ÍNDICE

Introdução	4
A Religião Tende a Causar Guerras?	6
Acreditar numa Verdade Absoluta é Intolerância?	10
Só Poderia Aceitar a Fé Cristã Se Tivesse a Certeza Absoluta	14
Ciência e Fé Estão em Oposição?	18
O Evolucionismo Prescinde da Existência de Deus?	25
O Jesus Cristo Histórico Não se Afirmou Deus?	29
Referências Bibliográficas	36

INTRODUÇÃO

Um dos aspectos que caracteriza a sociedade ocidental contemporânea é o gosto pelas teorias da conspiração, fruto de meio século de ceticismo, desilusão e ausência generalizada de um sentido claro para a vida. Esta desconfiança relativamente a todas as proposições do passado – sejam elas políticas, religiosas, sociais, etc. – aliadas a uma diminuição constante daquilo que normalmente se intitula de “conhecimento geral”, tem levado à criação de um senso comum distorcido relativamente a muitos dos assuntos que nos afetam diariamente. Não deixa de ser uma enorme ironia que a sociedade da informação excessiva esteja a criar massas de mal informados, consequência inevitável da impossibilidade de analisarmos de forma aprofundada toda a informação que recebemos. A mente deixa de funcionar convenientemente e, incapaz de refletir, absorve apenas o básico, superficial e de fácil assimilação.

Em matéria de religião a situação é ainda mais dramática, pois aqui o processo de desinformação começou há mais de três séculos. No século XVIII, auge do Iluminismo, a crítica fácil e preconceituosa, aliada a uma confiança cega e ingénuo na “racionalidade”, lançou a Europa e restante mundo Ocidental num período de obscuridade em matéria de análise ponderada relativamente ao cristianismo, sua fé e seu Deus.

Hoje estamos bem melhor que no período Iluminista, havendo mais abertura e vontade de reanalisar o cristianismo nas suas bases, fundamentos e validade. Mas os clichés preconceituosos que entretanto se ergueram à sua volta, aquilo que “toda a gente sabe” e que se aceita sem filtro crítico, até mesmo algumas ideias erradas passadas pelos manuais escolares, tudo isto conjugado com uma diminuição do conhecimento geral sobre religião, levaram à construção de uma

barreira intelectual invisível ao redor das sociedades Ocidentais, aumentando a surdez relativamente à mensagem do Evangelho.

Os parágrafos seguintes, em género de ensaio, pretenderão desconstruir, da forma mais simples que se verificar possível, alguns mitos sobre a religião e a fé cristã. Em alguns casos o tratamento moderado aqui apresentado será considerado suficiente. Para outros será apenas o início de um questionamento mais profundo, que é exatamente o que se pretende.

A RELIGIÃO TENDE A CAUSAR GUERRAS?

Já nos habituámos a ver imagens de muçulmanos fundamentalistas com armas nas mãos e bombas ao redor do corpo. Não pode haver imagem que melhor transmita a relação entre violência e religião. Regra geral, o mundo Ocidental tem feito a distinção entre Islamismo radical e Islamismo moderado, assim como fé muçulmana e fé cristã, mas não deixa de ser um lugar-comum da nossa opinião pública a ideia de que os religiosos, se levarem a sério a sua religião, são pessoas intolerantes, acríicas, e, em último caso, potenciais causadores de conflitos. São conhecidas as críticas do chamado “novo ateísmo”. Richard Dawkins, por exemplo, declara: «Um motivo ainda mais plausível para se travar uma guerra é a fé inabalável em que a nossa religião é a única verdadeira, corroborada por um livro sagrado que condena explicitamente à morte todos os hereges e seguidores de religiões rivais, e que promete explicitamente que os soldados de Deus irão diretamente para um céu de mártires»¹. Levado por esta opinião o autor chegou mesmo a apresentar um documentário televisivo com o título “a Raiz de todo o mal”, exclusivamente dedicado à análise da violência provocada pela religião.

De facto, tudo isto coincide com o que nos lembramos sobre as Cruzadas, a guerra dos Trinta anos, as ainda violentas manifestações na Irlanda do Norte opondo cristãos Protestantes a cristãos Católicos, as atrocidades na Nigéria na guerra entre cristãos e muçulmanos, o extermínio de cristãos em certas províncias da Índia por devotos Hindus. O rol de violência religiosa não se esgota, portanto, no fundamentalismo muçulmano. Assumir, no entanto, que a religião pode provocar uma guerra é uma coisa, outra é considerar que a religião é necessariamente violenta e a “raiz de todo o mal”. Será?

¹ Dawkins, *A Desilusão de Deus*, pp. 333-334.

Quem são os maiores assassinos da história? “Com certeza religiosos”, pensamos nós. Mas afinal, tal não é verdade. O maior número de mortes provocadas por uma ideologia aconteceu precisamente nos casos onde o ateísmo se tornou posição estatal. Foram Stalin e Mao Tse Tung, acreditando convictamente que Deus não existia, que levaram os seus concidadãos à chacina em números superiores à das mortes provocadas pelos campos de concentração nazi. Pensar que estes não o faziam em nome do ateísmo é recusar-se a fazer pesquisa histórica: os regimes comunistas, devido ao seu ateísmo militante, foram levados a usar o poder e máquina do Estado para eliminar intencional e metodicamente a religião e os religiosos dos seus países. E, acima de tudo, permaneciam de consciência tranquila ao usar assassínios em massa como método para a concretização dos seus objetivos, pois acreditavam convictamente que estes eram confirmados pela ciência marxista num mundo onde o ser humano apenas existia em função do Estado e não em função de Deus. Em termos estatísticos é o ateísmo a ficar com o recorde de violência e não qualquer forma de religião.

O mais interessante é que esta situação não ocorreu apenas no século XX em países comunistas. Já na revolução francesa de 1789, revolução profundamente anti-católica, os eventos sucederam-se de tal maneira que acabaram por originar no final da Revolução uma perseguição de Estado – chamada de O Terror – de tal forma violenta que, em menos de um ano, foram mortas pela guilhotina milhares de pessoas. Os números são incertos, mas as estatísticas apontam um mínimo de 16.000 e um máximo de 40.000 cidadãos. Mesmo considerando os valores mínimos avançados, a própria Inquisição torna-se um facto absolutamente ridículo quando comparada com estes números, pormenor pouco mencionado nos manuais escolares (ainda para mais tendo em mente que a Inquisição perdurou seis longos séculos em Espanha, local onde existiu durante mais tempo).

Mitos Modernos

Mesmo os atentados terroristas islâmicos de hoje, na sua forma suicida, não são de todo inovadores. Todos conhecemos os famosos *kamikase*, aviões suicidas em nome do Império Japonês. E se pensamos que se trata de coisas diferentes, pois o primeiro não tem alvos militares ao contrário do segundo, ao vermos o conflito pela perspectiva muçulmana iremos compreender o quanto estes se julgam numa guerra real, com territórios ocupados por forças estrangeiras, tendo como inimigos o “povo” que os oprime. Podemos e devemos discordar desta perspectiva fundamentalista, mas, para a compreendermos totalmente, temos de a encarar na sua vertente política e não apenas religiosa.

A violência encontra-se por todo o lado e por todos os motivos. A maior parte das guerras foram provocadas por questões económicas, algumas delas associadas a discordâncias de sistemas políticos, como aquelas que afligiram a Europa no século XX. Outras houve que a defesa nacional (ou o nacionalismo) e a honra, originaram conflitos e violências desmedidas.

Mas por acaso estamos dispostos a defender que as nações e a economia devem desaparecer por serem causadoras de guerras? Deveremos considerar a “honra” um sentimento mau em si mesmo por originar, de vez em quando, atos de violência? Deveremos intitular como “raiz do mal” o direito à autodeterminação dos povos por este ocasionar conflitos bélicos?

A resposta a estas perguntas é um óbvio “não”. Teremos de nos perguntar por que razão, no mundo Ocidental, há a tendência para responder “sim” quando o assunto em causa é a religião.

O verdadeiro causador das guerras é o coração humano. A raiz de todo o mal reside no interior do próprio homem e este pode deturpar e usar até a própria mensagem de amor aos inimigos, anunciada por Jesus, como

razão para um conflito. É este o paradoxo. E este facto só vem demonstrar que a interioridade de cada um de nós precisa de resgate e transformação: aquilo que o Evangelho de Cristo chama de arrependimento para salvação.

ACREDITAR NUMA VERDADE ABSOLUTA É INTOLERÂNCIA?

A ILUSÃO DO RELATIVISMO COMO POSIÇÃO MAIS SEGURA

Uma das atitudes pós-modernas surgidas do rescaldo do século passado é a desconfiança relativamente a qualquer tomada de posição. Vimos antes que foi o ateísmo de Estado que levou à criação dos dois maiores assassinos da história, superando inclusivamente Adolf Hitler. E sabemos que a imposição de ideias, sejam elas quais forem, pode ter o mesmo resultado.

Por esta razão surgiu entre nós a convicção de que, provavelmente, a melhor atitude seja a de não tomar posição alguma a respeito de nada e rejeitar qualquer pretensão à verdade absoluta. Neste caso, qualquer visão global do mundo, seja ela manifestada por uma crença num Deus único, seja ela manifestada pela inexistência de qualquer Deus, é vista como potencial fonte de opressão. Uma série de filósofos pós-modernos deram vazão a esta tendência e outros escritores, como Regina Schwartz, chegaram mesmo a considerar que a própria crença monoteísta (a de que existe apenas um único Deus) é em si violenta e intolerante.

Este pensamento que se espalhou entre nós até poderia constituir uma alternativa de vida e de ação, não fosse ele indefensável, ilusório e auto contraditório. Torna-se difícil às pessoas de hoje entender que **qualquer tomada de posição, mesmo a relativista, é, em si, arrogante**. Não é só quem afirma acreditar nesta ou naquela posição que declara deter algum conhecimento especial da realidade, mas também aquele que afirma que não se pode ter um conhecimento verdadeiro da realidade. Ambos defendem **saber mais do que aqueles**

que têm uma opinião contrária à sua, ou então, que estão em melhor posição de conhecer a realidade.

Não é por acaso que, à luz da história, não há como defender que o monoteísmo seja em si mesmo mais intolerante do que o politeísmo. Os próprios cristãos nos três primeiros séculos de cristianismo foram perseguidos e mortos em nome do pluralismo religioso. O “crime” destes era precisamente acreditarem em um só Deus, pois deste modo não iam de encontro ao politeísmo necessário para se incorporar a adoração Imperial exigida naqueles tempos. Ainda hoje, uma boa percentagem de cristãos mortos devido à sua fé provém de países como a Índia por ação de Hindus panteístas e não apenas, como se costuma pensar, de países fundamentalistas Islâmicos (monoteístas). A ideia de que tornar tudo relativo, não se apegando verdadeiramente a nada, é mais tolerante do que marcar uma posição, não passa de uma falácia, uma ilusão argumentativa dos nossos dias. Para além do mais, é altamente perigosa se generalizada à democracia e defesa dos direitos humanos, o que explica porque normalmente apenas se aplica à religião – tornando-se, assim, demagógica.

Outro exemplo deste tipo de raciocínio pseudo-relativista dos nossos dias é a ideia de que todas as religiões falam do mesmo Deus. Quem assim pensa não tem normalmente consciência de que, ao contrário do que pretende dar a entender, está a tomar a posição mais arrogante de todas. O pretense pluralista religioso está, na verdade, a afirmar possuir um conhecimento tão profundo das religiões que, na prática, é superior ao dos próprios fiéis de cada uma delas. A conhecida metáfora do elefante insere-se nesta arrogância desmedida. Por comparação diz-se que as religiões são como pessoas com os olhos vendados a tentarem descrever um elefante: uma diz que o elefante é comprido e largo como uma jibóia, pois está a agarrar a tromba; outra diz que, pelo contrário, é curto e sólido como um tronco, pois está a agarrar a pata; outra diz que, na verdade, é achatado e maleável como uma manta, pois está a

Mitos Modernos

agarrar a orelha; e outra ainda diz que, de facto, parece uma cobra bem pequena, pois está a agarrar o rabo. O resultado final de tudo isto é que nenhuma das descrições entra em contradição, pois descrevem diversas partes do mesmo elefante. Qual o problema desta analogia? É que a única forma de se detetar que as descrições são de uma mesma realidade é mediante um hipotético acesso à realidade total e não apenas parcial. Ou seja, esta analogia supõe alguém que vê o elefante no seu conjunto e que não tem os olhos vendados. Ora, é precisamente isso que faz quem afirma que todas as religiões apontam para o mesmo Deus: ao contrário da arrogância que quer apontar aos outros – quando afirmam ter razão nas suas descrições parciais – é ele próprio o mais arrogante por considerar ter uma visão global da realidade total, ao contrário de todos os outros.

Mas não se pense que este dilema está apenas associado à religião, mais valendo não se ter opinião alguma a seu respeito. Pelo contrário. Este é um problema que se aplica a todas as crenças, sejam elas religiosas, sociais, políticas, enfim, todas as que são próprias do ser humano. É característico das próprias afirmações em si. E quando pretendem ser relativistas, caem na falácia de ser auto contraditórias. Afirmar que “tudo é relativo” é, em si mesmo, um absoluto. Afirmar que não há verdades ou absolutos é em si uma verdade ou um absoluto. Vaticinar que tudo é relativo, isto é, um conhecimento sobre todas as coisas que se conhecem concluindo que todas são relativas, representa um típico conhecimento absoluto. Não há escapatória lógica possível: as atitudes relativistas são atraentes nos nossos dias, mas completamente indefensáveis por inconsistência lógica. Se assim o entendermos, poderemos declará-las igualmente “intolerantes” ou “arrogantes”, pois colocam-se acima de qualquer outra posição. A linguagem do ser humano é assim mesmo. De cada vez que abrimos a boca para afirmar ou negar, de cada vez que pensamos uma ideia, estamos a excluir opções, a tomar posições que serão contrárias a outras.

Na pós-modernidade, é o próprio conceito de tolerância que está deturpado, pois torna-se *epistemológico*, isto é, relaciona um juízo moral à possibilidade de se acreditar na verdade ou não. Mas tolerância não é uma questão de conhecimento. Impor, como se pretende nestes tempos modernos, a desconfiança relativamente a quem manifeste convicções religiosas, não é apelar à tolerância. Pelo contrário, esta imposição impede que se forme a verdadeira tolerância no carácter dos povos Ocidentais e permite camuflar o crescimento de uma nova intolerância a partir do pluralismo relativista.

Concluindo, tanto do ponto de vista lógico como do ponto de vista moral, a atitude das sociedades Ocidentais a respeito deste assunto não passa de um enorme mal-entendido e de uma clara incapacidade para analisar coerentemente as suas próprias posições.

SÓ PODERIA ACEITAR A FÉ CRISTÃ SE TIVESSE A CERTEZA ABSOLUTA

Uma das características mais comuns num diálogo sobre a existência de Deus é o surgimento, mais tarde ou mais cedo, do desafio “Prova-me que Deus existe!”. Com este repto pretende-se encontrar uma ou mais provas que não mereçam qualquer tipo de reparo e não levistem dificuldades secundárias por tratar. A prova não pode deixar nenhuma ponta solta, nenhum grau de incerteza (mesmo que pequeno), nenhuma possibilidade de dúvida (de outro modo, essa dúvida hipotética será hasteada como razão justificativa de uma reação cética). Em suma, o que se espera é uma prova a 100% que obrigue o desafiante a reconhecer e mudar de opinião naquele mesmo momento. A atitude do cristão confrontado com a possibilidade de dúvida e da impossibilidade de a contornar totalmente, leva-o a ficar desconcertado, a julgar que alguma coisa vai mal na sua fé ou que, de facto, ao decidir abraçar a fé, não teve razões válidas para o fazer. Esta atitude, apesar de ser comum entre nós, é estranha ao espírito do nosso tempo. Num período tão relativista da nossa cultura, espera-se, no entanto, que seja possível apresentar provas 100% eficazes em matéria de religião. Como é óbvio, alguma coisa aqui não está bem.

Infelizmente, o erro em causa não é normalmente visível nem ao cristão nem àquele que o questiona, pois ambos lidam ainda com ecos de um passado longínquo (quase um século) mas que foi muito influente na formação do pensamento Ocidental: falo do *cientismo* e do *positivismo* lógico da primeira metade do século XX. Apesar de hoje estar totalmente refutado nas cátedras de filosofia – renegado pelos próprios filósofos que foram seus proponentes – o positivismo lógico lançou a ideia de que toda e qualquer afirmação com sentido pertenceria ou às matemáticas ou às afirmações que pudessem ser verificadas (ou seja, à

ciência). Tudo o resto – teologia, poesia, arte, ética, etc. – seriam domínios incapazes de fugir às proposições sem sentido. A ciência, com o seu método de verificação, passou a ser desde então o único discurso verdadeiro, o único caminho para a verdade. Esta conceção entrou profundamente no subconsciente do homem Ocidental. Não é por acaso que ainda hoje se veem rótulos e anúncios dizendo “cientificamente testado”.

Apesar de esta filosofia ter sido rejeitada desde a segunda metade do século passado, aquando, entre imensas outras razões, da percepção da falácia lógica que lhe estava associada (o princípio “só o discurso verificável possui sentido” não era em si mesmo verificável empiricamente o que, segundo os seus próprios termos o tornava sem sentido), a atitude subjacente permaneceu, com a religião e o seu discurso teológico a ficarem, de certa forma, inferiorizados. Hoje, essa inferiorização já não acontece tanto pela possibilidade das afirmações religiosas pretenderem dizer alguma coisa de verdadeiro, mas, antes pelo peso que receberam do ónus da prova, associado a uma certa desconfiança intrínseca. Daí que todos julguem natural e legítimo solicitar uma prova inquestionável antes de mudar de opinião sobre Deus, Cristo, o cristianismo e a fé cristã. Mas será esta atitude honesta? Será correto esperar algo deste género? Com certeza que não.

Qual a área relevante à vida do ser humano que possibilite tamanha certeza? A escolha de um futuro? É possível ter a certeza absoluta que os estudos académicos são aqueles que vão permitir alcançar realização pessoal e felicidade? Talvez uns quantos estudantes tenham a certeza disso, mas serão muito poucos. Será que quem decide casar tem a certeza que encontrou a pessoa da sua vida, sem nenhum tipo de dúvida? Será que quando um pai corrige o seu filho por um comportamento incorreto tem a certeza absoluta, sem qualquer margem de erro, que a correção vai ajudá-lo a ser melhor pessoa e não a ficar traumatizado? As decisões que realmente importam na nossa

vida raramente são feitas com 100% de certeza. Absoluta certeza, sem possibilidade teórica de dúvida, é coisa que não existe. Na verdade, se estivéssemos à espera de um grau pleno de certeza de que existimos para nos levantar da cama, então ninguém sairia à rua, pois até mesmo a nossa existência, tal como a percebemos agora, não pode ser demonstrada a 100%. Pressupondo que os leitores já viram o filme *Matrix*, fica a pergunta: como provar, sem qualquer grau de incerteza, que não estamos neste momento ligados a um software, vivendo num mundo meramente digital? Simplesmente não é possível fazê-lo.

Quer isto dizer que todas as tomadas de decisão são, no fundo, irracionais? Claro que não! E aqui entramos num ponto crucial. O problema da exigência de provas absolutamente concludentes em matéria de fé cristã é que, implicitamente, pretende rotular de irracional a escolha que o crente tomou. Mas isso não é verdade, tal como não é verdade para o casamento, curso, educação, etc. Escolher com base naquilo que me é dado, avaliando as hipóteses e decidindo, **apesar de existir ainda um grau de incerteza**, é ainda **uma escolha racional!** Mesmo no caso mais radical (e improvável) de ter 51% de razões que apontam para a decisão A e 49% que apontam para a decisão B, ainda assim optar por A será a única decisão racional, apesar do enorme grau de incerteza existente. Escolher seguir a Cristo, assumindo não só a existência mas a importância que um Deus criador tem para a minha vida, é uma escolha como qualquer outra da dimensão humana. Haverá sempre espaço para dúvidas, pois é assim mesmo que o ser humano se constitui. Por essa razão, tantos cristãos ao longo da história descreveram o momento da conversão como um momento de relutância, pois havia ainda muitas pontas soltas. Mas isso não significa que a escolha fosse irracional, bem pelo contrário. A fé é uma dimensão da resposta a um caminho de espiritualidade já iniciado, fundamental para o mesmo, e que não torna irracional tudo o que houve de racional até então.

Ao desafio “prova-me que Deus existe” deve responder-se antes de tudo com a apresentação de um outro desafio, como “prova-me que a tua mulher te ama” ou “prova-me que não existes na *Matrix*”. Serve este desafio para corrigir esta exigência desmedida e sem sentido. Após entendido que nada se prova desta maneira, mas que se deve, pelo contrário, apresentar razões que, no seu conjunto, poderão revelar uma tendência clara para um ou outro lado, então a conversa pode prosseguir. A vida não nos exige, nem poderia exigir, certezas absolutas para se concretizar uma decisão, seja relativamente à fé cristã seja a respeito de qualquer outro assunto. Libertar-nos deste peso é fundamental para começarmos a viver.

CIÊNCIA E FÉ ESTÃO EM OPOSIÇÃO?

Esta talvez seja uma das maiores lendas dos tempos modernos. A força desta mentira advém de muitos fatores, entre eles o facto de ela se ter enraizado inclusivamente entre cristãos. A dicotomia racionalidade-fé ou ciência-fé é muitas vezes abraçada seja por crentes ou céticos, por religiosos ou indiferentes. Constitui assim um verdadeiro mito urbano.

Lembro-me de um caso particular, mas paradigmático, numa discussão em página de facebook sobre a racionalidade da fé cristã, na qual uma cristã defendeu que Jesus mudou a sua vida e que lhe era absolutamente irrelevante saber se o que estava escrito nos evangelhos era verdade ou não. Esta posição foi secundada pela intervenção de um não cristão que pretendia obrigar os intervenientes desse debate a partirem do pressuposto de que fé e racionalidade eram incompatíveis. Quer isto dizer que ambos, crente e descrente, assumiam uma posição fideísta ou não complementar, isto é, a de que a fé é oposta à razão e, portanto, à ciência.

Estas posições estão, contudo, baseadas em equívocos, sendo o maior não tanto relativamente à natureza da fé, mas antes sobre a natureza da própria ciência. Nos parágrafos seguintes iremos ver como a ciência não só não pode prescindir da fé como está historicamente ligada à mesma. Dividindo a argumentação seguinte em duas partes, veremos como, em primeiro lugar, a ciência não pode apenas orientar-se pelos resultados científicos se quiser funcionar. Em segundo lugar, iremos descobrir as origens da ciência e o quanto esta esteve dependente da fé cristã.

Parte I

É necessário começar por rejeitar a ideia, normalmente presente entre os cientistas, de que a ciência só se orienta por factos comprovados pela própria ou por inferências matemáticas. Isso está bem longe da verdade. Para que a ciência seja possível é necessário aceitar várias pressuposições fundamentais que não podem ser cientificamente demonstradas. Abordaremos apenas três:

1. Verdades Lógicas e Matemáticas.
2. As leis da natureza são constantes.
3. A nossa mente tem a capacidade para entender a estrutura do mundo à nossa volta.

Não é preciso muita atenção para se perceber que estas “crenças” são absolutamente fundamentais ao processo científico, mas que, simultaneamente, têm de ser assumidas como pontos de partida incapazes de ser provados cientificamente. Distorcendo um pouco o conceito de “fé” da teologia cristã, podemos dizer que os três princípios são “artigos de fé” da ciência. Por que motivo não podem ser provados cientificamente? Porque a sua veracidade é assumida *a priori* em qualquer hipótese científica.

1. A primeira é a mais fácil de entender. A ciência está totalmente dependente da lógica, em primeiro lugar, e da matemática, em segundo. São, digamos, as “pernas” da ciência, aquilo que lhe permite deslocar-se e avançar rumo ao seu objetivo. Por essa razão, por estarem na base de qualquer afirmação científica, não podem, elas mesmas, ser alvo de prova científica. A ciência utiliza-as pressupondo a sua verdade, mas é totalmente incapaz de lhes dar fundamento. Justificar os fundamentos da Matemática e da Lógica recorrendo à própria ciência, seria, com efeito, incorrer em falácia argumentativa, seria um claro exemplo de argumento circular, em que se pretenderia defender um enunciado nos

termos do próprio enunciado.

2. No caso da segunda “crença”, a única hipótese de confirmarmos que as leis da natureza são uniformes, tanto no espaço como no tempo, seria experimentarmos, por exemplo, a lei da gravidade em qualquer ponto do universo e inventarmos uma máquina do tempo que nos permitisse confirmá-la no passado e no futuro. Uma vez que tal não é possível, a comunidade científica não tem outra alternativa que não seja a de assumir esta crença como verdadeira, analisando os resultados das suas experimentações a partir deste pressuposto. Como é óbvio, o curto espaço de tempo em que a ciência tem existido não pode sequer chegar à pretensão de constituir uma boa amostra para um raciocínio indutivo, considerando a idade que o Universo possui. Porque não conjecturar que há 500 mil anos atrás as leis do universo eram outras? Por que razão é que o universo não poderia ser constituído por um conjunto de leis que a maior parte do tempo fosse estável mas que, em momentos precisos, sofresse uma alteração? Por que razão é que diante de resultados que não correspondem ao esperado os cientistas preferem pensar que alguma coisa correu mal na experiência, ao invés de colocar a hipótese de que esta registou uma mudança nas leis da natureza ocorrida naquele preciso momento? Por que razão só se alteram hipóteses científicas quando uma anomalia surge repetidas vezes? Simplesmente, porque há um princípio que orienta a forma como interpretamos os resultados científicos – **existem leis constantes que regem o universo** – apesar de haver alternativas a esta pressuposição, alternativas decerto mais extravagantes para a nossa mentalidade Ocidental. Não quer isto dizer que o princípio pelo qual a ciência se rege seja inválido ou irracional, mas que as suas alternativas são rejeitadas apenas por, precisamente, mera questão de princípio e não por experiências científicas. Qual a razão que nos leva a considerar que as leis da natureza existentes hoje podem descrever o comportamento do universo há um milhão de anos atrás? Porque aplicamos o princípio. Porque conjecturamos que houve um momento

em que as diversas forças do universo estiveram reunidas após os momentos iniciais do Big Bang? Porque a pressuposição da uniformidade das leis do universo aliada ao modelo do Big Bang, a isso obriga, pelo menos teoricamente. Mas nada disto pode ser verificado empiricamente. É um pressuposto não científico.

3. O terceiro “artigo de fé” é igualmente indemonstrável: ao contrário da cultura Oriental, os Ocidentais europeus consideravam que as mentes dos seres humanos estavam preparadas para penetrar nos mistérios e segredos do mundo ao nosso redor, imaginando que este detinha uma estrutura tal que podia ser realmente compreendida. Chama-se a isto o *princípio da racionalidade* ou *princípio lógico do universo*. Mas, mais uma vez, esta pressuposição não pode ser realmente provada. A ordem que julgamos verificar no universo poderá apenas ser uma projeção da nossa mente. Na concepção Oriental antiga não havia razões para acreditar que o universo tinha uma estrutura que pudesse ser captada em termos racionais, apesar de nele se detetar uma certa ordem. Aliás, acreditavam, pelo contrário, que a única forma de conhecer realmente o universo seria através de experiências místicas. Mas não era este o caso do homem Ocidental que, através da crença na adequação da mente humana ao universo, se lançou ao trabalho empírico, confiante de que existem “leis” físicas que podem ser descobertas e compreendidas pelo cérebro humano.

Parte II

O que levou então os europeus a aceitarem profundamente estes princípios que estão na base de todo o desenvolvimento científico? Como formaram estas convicções a respeito do universo à nossa volta? A resposta é surpreendente: **a fé cristã**. Foram os pressupostos herdados do cristianismo que levaram à criação da ciência na Europa. Na cultura atual, que não faz distinção entre tecnologia e ciência, é difícil compreender as razões desta origem. Porque confundimos

método científico com resultados que daí advêm (tecnologia), não chegamos sequer a entender o problema muito conhecido pelos historiadores: o facto da origem da ciência se reportar exclusivamente à Europa. A ciência, com todos os seus pressupostos, é fruto das convicções cristãs, convicções essas que incluíam a crença num Criador benigno do universo – o que implicava que este tivesse sido criado com ordem – e na superioridade do homem como a criatura mais excelente da criação de Deus – criado à “imagem e semelhança de Deus”, o homem possuiria uma mente racional capaz de entender a criação do seu Criador. O livro de Génesis teve aqui um profundo impacto nos primeiros cientistas europeus, levados a pesquisar a natureza convictos de que estavam mandatados por Deus para o fazer, pois convinha ao homem cumprir o mandamento de “dominar” toda a criação (Génesis 1:26-28), recuperando o paraíso perdido através da ciência como ferramenta. Era esse o propósito dos primeiros cientistas enquanto filhos de Deus.

Para melhor entendimento deste aspeto, já banal para os filósofos e historiadores da ciência, mas estranhamente desconhecido para os próprios cientistas, citaremos largamente Rodney Stark, um dos primeiros sociólogos da religião a tratar explicitamente o assunto:

«É importante reconhecer que a ciência não é só tecnologia. Uma sociedade não tem ciência só porque consegue construir navios, fundir ferro ou comer em pratos de porcelana. A ciência é um método utilizado em esforços organizados que visam explicar a natureza, sempre pronta a ser modificada e corrigida através da observação sistemática. [...] até à época moderna, “o progresso técnico – por vezes considerável – era puro empirismo.”, como escreveu Marc Bloch. O progresso resultava de observação e de experiências falhadas mas sofria por não ter explicações, por não ter teoria. [...] A verdadeira ciência só surgiu uma única vez: na Europa.»²

² Stark, *A Vitória da Razão*, pp.61-63.

O entusiasmo, largamente justificado, do iluminismo do século XVIII, construído já sobre os diversos avanços científicos recentemente ocorridos, e o desconforto de uma Igreja que não conseguia ainda analisar convenientemente as mudanças em marcha, levaram à criação de uma dicotomia inexistente entre racionalidade e fé e a uma pseudo-oposição entre ciência e religião. Estava assim preparado o clima para uma deturpação histórica e que levou o mundo Ocidental aos mitos que hoje temos em mãos. Ainda Stark: “Como afirmou Alfred North Whitehead numa das Palestras Lowell, em Harvard, em 1925, a ciência apareceu na Europa devido à crença universal “na possibilidade da ciência... derivada da teologia medieval”. A declaração de Whitehead perturbou os intelectuais ocidentais quando as palestras foram publicadas. Como é que o célebre filósofo e matemático, co-autor com Bertrand Russell do importante *Principia Mathematica* (1910-13), podia fazer uma afirmação tão escandalosa? Não sabia que a religião é “inimiga mortal” da investigação científica? Whitehead sabia que não era assim! Compreendeu que a teologia cristã foi fundamental para o surgimento da ciência no Ocidente, e que as teologias não cristãs estrangularam a ciência no resto do mundo. Whitehead explica:

«A maior contribuição da Idade Média para a constituição do movimento científico foi a certeza de que... existe um segredo, um segredo que pode ser descoberto. Como é que esta certeza ficou tão fortemente impressa na mente europeia? Deve provir da insistência medieval na racionalidade de Deus, concebida com a energia de Jeová e a racionalidade dos filósofos gregos. Todos os pormenores foram supervisionados e organizados: a pesquisa da natureza só pode fortalecer a confiança na razão.’ [...] A maioria das religiões não cristãs nem sequer acredita numa Criação: o universo é eterno, e, apesar de comportar ciclos, não tem objeto nem propósito, e, mais grave ainda, nunca foi criado; não tem um criador. O universo é concebido como uma entidade completamente misteriosa, inconsistente, imprevisível, e arbitrária. Para os que têm estas crenças, a meditação e as

experiências místicas são o caminho para a sabedoria. Não há ocasião para celebrar a razão».³

Só numa sociedade que não conhece a sua história é possível imaginar um universo sem Deus mas ainda assim com “leis”, racional e acessível à mente humana. É caso único em todo o mundo e em toda a história da humanidade. A nossa cultura habituou-se de tal modo à visão cristã e monoteísta do universo, mas simultaneamente à possibilidade da não existência de Deus, que não vê as dificuldades aí implicadas. Para os cientistas ateus a última fronteira do pensamento logicamente admissível tem, agora, de ser quebrada, obrigados como estão a pensar que o universo organizado veio de um puro nada. Em parte, estas loucuras especulativas advêm do facto de não conhecermos a relação entre a visão cientista do mundo e a sua herança judaico-cristã. Esta falta de consciência histórica leva-nos a aceitar a lenda da oposição entre ciência e fé ao invés de compreender a primeira como fruto da segunda.

³ Idem, op. cit., pp. 61-63. Sobre as razões do método científico não ter surgido no Islamismo árabe (também monoteísta, partilhando dos mesmos pressupostos que o cristianismo), é aconselhada a leitura das pp. 69-72 do mesmo livro.

O EVOLUCIONISMO PRESCINDE DA EXISTÊNCIA DE DEUS?

Tornou-se popular entre o chamado “Novo ateísmo” a utilização do evolucionismo como hipótese concorrente da existência de Deus. Pessoas como Richard Dawkins e outros têm-se esforçado por estabelecer a incompatibilidade entre a crença em Deus e a Evolução. Desta forma, passam a contribuir de modo igualmente radical para o problema que já existe entre alguns setores cristãos, acirrando o fosso entre ambas as posições.

O resultado de tudo isto, como não podia deixar de ser, traduziu-se na formação de mais uma convicção popular, mas carente de razoabilidade, de que é possível através da Evolução prescindirmos da hipótese da existência de Deus. A ideia vendida pelo novo ateísmo, com largos compradores entre o mundo Ocidental, é a de que explicar a origem do homem mediante um processo evolutivo orientado pelo acaso, sobrevivência e reprodução, permitir-nos-á decretar a inexistência de Deus ou a sua irrelevância operativa enquanto hipótese.

As fragilidades desta conjetura foram levantadas pela primeira vez pelo filósofo Alvin Plantinga em 1993, demonstrando a falácia que subjaz a esta linha de raciocínio. Em primeiro lugar, defender que Deus não existe é assumir uma espécie de filosofia naturalista, rejeitando todo e qualquer elemento sobrenatural. Por outro lado, aceitar o naturalismo é defender que qualquer ideia, visão, informação que ocorra na cabeça de um ser humano não passa de um mero evento neuronal. Quer isto dizer que todo o nosso contacto com o mundo exterior dá-se através da mente. É a mente do ser humano, na sua estrutura limitada, que descreve o ambiente ao seu redor. O modo de funcionamento da mente é simultaneamente a possibilidade de contacto com o mundo fora dela

mas também uma limitação: só podemos apreender o mundo na medida das estruturas recetivas e organizadoras que constituem um cérebro humano. Enquanto evento neuronal, a descrição que a nossa mente dá do mundo pode ou não corresponder à realidade.

A melhor forma de começarmos a entender o problema aqui subjacente será ver o filme *Matrix* 1. Neste, os seres humanos são controlados por máquinas inteligentes que têm como propósito aprisioná-los numa incubadora, fazendo-os pensar que vivem num mundo normal através de uma conexão direta entre o cérebro de cada homem e um *software* chamado *Matrix*. Desta forma, toda a informação recebida pelo cérebro será aquela que o software desejar, iludindo-o sobre o local exato onde está.

Se refletirmos por uns momentos sobre este assunto, chegaremos à conclusão que o nosso cérebro é já uma espécie de *Matrix*, com a diferença de que a nossa conexão com o mundo não é realizada por cabos ligados aos neurónios, mas sim através dos olhos, das mãos, da língua, do ouvido e do nariz – os cinco sentidos. Mas isso não nos garante que estes sentidos reproduzam exatamente aquilo que o mundo é. Essa seria uma convicção ingénuas da nossa parte.

Ora, é aqui que o evolucionismo, entendido à luz do naturalismo, revela uma série de fragilidades. Se, de acordo com a Evolução, as nossas capacidades cognitivas (isto é, o nosso cérebro) não foram adaptadas para procurar a verdade mas sim para permitir a sobrevivência e reprodução, como poderemos assumir que estas nos capacitam a fornecer uma descrição objetiva da realidade? Falsas perceções sobre o meio envolvente podem oferecer muitas vantagens para a sobrevivência de uma espécie. Qual a razão que nos leva a dar como garantido que o nosso cérebro, evoluindo pelos processos do acaso e da necessidade de sobrevivência e reprodução, possa ser uma ferramenta útil para “conhecer a verdade sobre o Universo”?

Se por acaso fosse possível dialogar com um inseto – de longe o grupo de animais de maior quantidade, mais distribuído, mais diversificado e mais apto à sobrevivência neste planeta – e ele nos descrevesse convictamente o que era o mundo envolvente segundo a sua visão de inseto, iríamos concordar com ele? O impulso da reprodução e da sobrevivência tornaram os insetos no grupo de animais mais bem-sucedido da evolução terrestre e tudo isso sem auto consciência, sem capacidade linguística desenvolvida ou conhecimento de matemática, lógica, etc. O que leva os seres humanos a pensar que os seus cérebros têm melhor sorte na roda contingente da evolução? Na verdade, a confiança com que acreditamos poder conhecer o mundo à nossa volta é uma espécie de especismo gnosiológico: a crença de que a nossa espécie está, obviamente, melhor preparada para a aquisição do conhecimento.

Esse é o problema de um evolucionismo dependente da mera filosofia naturalista que rejeita qualquer realidade sobrenatural ou Deus. Se os nossos cérebros evoluíram devido à sobrevivência e reprodução e se nada houve fora deste processo que o tivesse orientado rumo à captação da verdade, então não é possível confiarmos no que a nossa mente diz acerca da realidade. Não estamos a falar de confiar nos cinco sentidos, mas algo bem mais radical do isso: **não podemos confiar que a organização das informações dos sentidos, estabelecida pelo nosso cérebro, corresponda à realidade.** O próprio Darwin teve percepção deste dilema. Numa carta escrita a William Graham, em 1881 afirma: «Comigo, sempre surge a horrível dúvida se as convicções da mente do homem, as quais têm sido desenvolvidas da mente de animais inferiores, são de qualquer valor ou confiança. Poderia qualquer um confiar nas convicções da mente de um macaco, se houvesse convicção em tal mente?»⁴

⁴ Darwin, *The life and Letters of Charles Darwin*.

Mitos Modernos

Chegamos agora ao ponto que nos interessa neste momento: o que tem tudo isto a ver com Deus? Tudo e nada. A dificuldade que aqui se aponta não pretende refutar a evolução e muito menos provar a existência de Deus. Longe disso. O que se pretende demonstrar é que juntar evolucionismo ao naturalismo (poderíamos dizer ateísmo) implica minar teoricamente toda e qualquer confiança na informação que o nosso cérebro nos fornece. Ora, se o evolucionismo ateu nos lança na incerteza de raciocinarmos corretamente sobre o que o mundo exterior realmente é, como é possível partir deste para declarar que Deus é prescindível ou que não existe? O problema com este mito moderno é que pretende utilizar o evolucionismo para um objetivo que este nunca lhe poderá conceder. Usado através de uma base naturalista nunca será possível estabelecer a inexistência de Deus. Seria arrogância em demasia pretender determinar a não existência de um Criador quando não é sequer possível estabelecer com absoluta convicção o mundo tal como a mente o descreve. Diante do evolucionismo, nada é possível afirmar acerca de Deus, quer seja a sua existência, quer seja a não existência.

O JESUS CRISTO HISTÓRICO NÃO SE AFIRMOU DEUS?

O século XXI trouxe um renovado interesse sobre Jesus Cristo. Esta pessoa que viveu há cerca de dois mil anos atrás continua a ser atrativa para os tempos modernos. Mas como não podia deixar de ser, a forma como este assunto tem sido preferencialmente abordado insere-se, grosso modo, na categoria da teoria da conspiração. A literatura que tem causado algum impacto tem sido aquela que desmente a proposta tradicional cristã e apresenta um Jesus mais humano, com suas dificuldades e indecisões, e que nunca teria tido a pretensão de se apresentar como a encarnação de Deus. Para isso, reinterpretam-se os Evangelhos, tentando demonstrar que os mais antigos, como o de Marcos, não tiveram qualquer pretensão em divinizar Jesus.

De facto, se há característica enfatizada pelos Evangelhos bíblicos é a humanidade do mestre Nazareno. Esta é absolutamente central na boa nova transmitida pelos autores cristãos do primeiro século. Jesus era um homem entre os homens, passando as mesmas necessidades, angústias e sofrimentos. Esse é o Jesus dos Evangelhos Mateus, Marcos, Lucas e João.

No entanto, existe algo mais ali. Cruzando-se com a humanidade de Jesus, os mais antigos documentos cristãos apresentam também um escândalo, um mistério, algo inominável para a cultura judaica da qual, de uma forma direta ou indireta, estes textos surgiram. Ao contrário do que a atual literatura romanceada pretende fazer crer, há algo mais nas ações de Cristo que chocou os seus contemporâneos e que obrigou os seus discípulos judeus a reformularem a sua cosmovisão.

É importante, em primeiro lugar, entender a raiz do problema. Jesus Cristo é o único profeta da história do judaísmo a ser divinizado. É caso único: nunca havia acontecido antes dele e não mais aconteceu depois dele. Isto explica-se pelo facto do judaísmo do I século ter-se apresentado como a cultura mais monoteísta (crença num único Deus) de todos os tempos. Apesar de estar rodeado por nações politeístas, o monoteísmo judaico era acirrado e, regra geral, intolerante. Nunca um antigo patriarca ou profeta do judaísmo, como Moisés, Josué, Elias ou Eliseu, foi divinizado, ainda que alguns deles tenham realizado milagres bem mais espetaculares do que aqueles apontados a Jesus. Também nunca houve qualquer pretensão de divinizar algum outro dos candidatos a Messias que surgiram antes ou depois de Jesus. A cultura judaica simplesmente não permitia essa opção e foi nessa cultura que Jesus nasceu. O historiador Paul-Louis Chouchoud descreveu o dilema aqui presente em palavras esclarecedoras:

«Como é que o obscuro mestre se transformou no Filho de Deus, objeto inexaurível do culto e da teologia cristã? Encontramo-nos fora dos caminhos abertos pela história. Faltam as analogias. O Cristianismo é um incrível absurdo e o mais bizarro dos milagres. [...] Em muitas zonas do Império, deificar uma criatura particular podia ser uma coisa muito simples. Mas numa nação ao menos isto era completamente impossível: entre os judeus»⁵.

Assim se entende que, para resolver este dilema, muitos têm pretendido responsabilizar os primeiros cristãos pagãos pela deificação de Cristo, tentando encontrar apenas um Jesus humano nos escritos cristãos judaicos mais antigos. Ora, o problema é que mesmo entre estes documentos é possível detetar a erupção deste mistério e escândalo para os judeus.

Em primeiro lugar, vejamos os documentos mais antigos. São as cartas de Paulo, e não os evangelhos, a constituir o grupo de documentos cristãos mais antigos que se conhecem, escritos nas décadas de 50 e

⁵ Couchoud, *Le Mystère de Jesus*, p. 185.

60 d.C. Ao lermos certos aspetos destas cartas não podemos deixar de ficar espantados. Paulo, judeu fariseu convicto, após a sua conversão escreve que:

«Ele [Cristo], que por natureza era Deus, não quis agarrar-se a esse direito de ser igual a Deus. Pelo contrário, privou-se do que era seu e tomou a condição de escravo, tornando-se igual aos homens. E, vivendo como homem, humilhou-se a si mesmo, obedecendo até à morte, e morte na cruz. Por isso, Deus elevou Jesus acima de tudo e lhe deu o Nome que está acima de todo o nome; para que ao nome de Jesus se dobrem todos os joelhos no céu, na Terra e debaixo da Terra; e para que todos proclamem, para glória de Deus Pai: Jesus Cristo é o Senhor!» (A Bíblia Para Todos, Carta aos Filipenses 2:6-11).

Ou ainda:

«O Filho alcançou-nos a redenção e o perdão dos nossos pecados. Ele é a imagem do Deus invisível: nascido do Pai antes da criação do mundo. Foi por ele que Deus criou tudo o que existe no Céu e na Terra, o que se vê e o que não se vê, as forças espirituais, os domínios, as autoridades e os poderes. Foi por ele e para ele que Deus criou tudo. Já existia antes de tudo e é ele que dá consistência a tudo o que existe. Ele é a cabeça do corpo que é a igreja. Ele é a origem, é o primeiro dos ressuscitados, de modo que tem o primeiro lugar em tudo. Porque Deus achou por bem estar totalmente presente no seu Filho, e também, por meio dele, reconciliar consigo mesmo tudo o que existe na Terra e no Céu, estabelecendo a paz pelo seu sangue derramado na cruz.» (A Bíblia Para Todos, Carta aos Colossenses 1:15-20).

Aqui não será o lugar apropriado para uma análise pormenorizada destes trechos, mas é imediatamente visível o problema que eles nos colocam: Paulo, um judeu, anteriormente fariseu extremado, descreve Jesus desta forma. O que aqui se encontra é tão chocante que levou alguns investigadores a quererem rejeitar parte destes trechos – o de Colossenses – como adição posterior à carta, mas essa pretensão foi recusada pela maior parte dos especialistas. No caso da carta aos Filipenses, reconhece-se hoje que o texto acima mencionado é ainda mais antigo que a própria carta de Paulo, pois este está a citar um hino que desde muito cedo se começou a recitar entre os primeiros cristãos

judeus⁶. É óbvio que Cristo, desde cedo, começou a ser apresentado ainda entre judeus como um homem de características absolutamente ímpares e bem próximo de algumas características divinas.

Como é possível algo assim ocorrer no interior da cultura judaica do século I? De onde partiu esta tendência? Se analisarmos convenientemente os evangelhos mais antigos, encontramos aí a resposta: foi o próprio Jesus Cristo que, pelo que disse e fez, se aproximou perigosamente da categoria divina.

Como é óbvio, não é o facto de os evangelhos apresentarem Cristo como Messias ou Filho de Deus que implica uma aproximação a Javé. Nem Messias, nem Filho de Deus, eram entendidos na cultura judaica como expressões que, de algum modo, implicassem divindade. O Messias esperado acreditava-se ser um mero homem ou, no caso mais radical, um anjo, mas nunca o próprio Deus. Já Filho de Deus seriam todos aqueles especiais para Deus, como os Reis de Israel, o próprio Messias e, em última instância, todos os judeus, separados por Deus para serem o seu povo. Onde estão, então, essas referências à divindade de Jesus nos evangelhos mais antigos? As referências estão na descrição das pretensões que Jesus demonstrava. Aquilo que Jesus assumia como seu era, na cultura judaica, exclusivo do próprio Javé.

«Jesus Cristo apresenta-se como capaz de perdoar pecados baseando-se somente na sua vontade em fazê-lo (Marcos 2:8-11) quando, entre os judeus, só Deus poderia perdoar pecados; exige um seguimento incondicional aos seus discípulos mesmo que isso implique abandonar a família (Mateus 8: 21-22; 10:36-37; Marcos 10:29) quando tal era apenas permitido temporariamente aos que estudavam a Lei de Deus; ensina não só a partir das Escrituras Sagradas mas também a partir da sua própria autoridade intrínseca (Mateus 5:21-48), ao contrário dos rabis do

⁶ Para uma comparação entre este hino e o livro de Similitudes de Enoque ver: Rainho, *O Misterioso Jesus*, pp. 223-230.

seu tempo que não ousariam sequer pensar em algo semelhante e quando está sozinho com o núcleo de discípulos mais próximos insiste em transmitir-lhes as suas palavras pessoais; ousa aprofundar a Lei de Deus e parece pretender conduzi-la a caminhos nunca antes percorridos nas questões relativas ao Sábado (Mateus 12:1-8; Marcos 2:23-28; Lucas 6:1-5), às leis de talião (Mateus 5:38-42; Lucas 6:27-31), impureza dos alimentos (Marcos 7:18-19; Mateus 15:10-12) ou sobre o divórcio (Mateus 19:7-9; Marcos 10:4-6), mas sempre assumindo que esta foi, de facto, divinamente inspirada; contacta com os pecadores e impuros sem proceder de seguida a nenhum ritual de purificação (Marcos 1:40-45; 2:14-17), tal como a Lei de Deus exigia; solicita aos seus seguidores que estejam dispostos a morrer por ele (Marcos 8:34-35); compara as tarefas dos seus discípulos em prol de si mesmo com o trabalho dos sacerdotes no interior do Templo de Jerusalém, onde habitava a presença de Deus (Mateus 12:5-8); defende que o resultado do juízo final após a morte dependerá de o terem ou não negado diante dos homens (Mateus 10:26-33) e que qualquer atitude para com os desfavorecidos (dando-lhes de beber ou comer) será, misteriosamente, uma atitude em prol dele mesmo (Mateus 25:31-46). Estes ensinamentos de Jesus são muito claros: Jesus Cristo agia como encarnação de Deus na terra, como presença de Deus fora do Templo. Para chegarmos a estas conclusões não precisamos sequer de nos basear no evangelho de João, o último a ser escrito e que apresenta Jesus como ser divino de uma forma bastante direta. Basta ler os evangelhos sinópticos ou mesmo apenas o mais antigo de todos os evangelhos, o de Marcos.

Em *O Último Segredo* encontramos Tomás de Noronha, o personagem principal, a defender que nem Marcos, nem Mateus ou Lucas mostram Jesus a declarar-se Deus, mas esta afirmação decorre de uma expectativa, infundada, que consiste em esperar encontrar nos evangelhos mais antigos afirmações diretas semelhantes àquelas presentes no evangelho de João. Para um judeu do I século isso não era

necessário: bastava ver o que Jesus fazia e dizia relativamente à sua relação com a Lei e o Templo para perceber o que estava ali em causa - “Como é que este homem se atreve a falar assim? Ele ofende a Deus! Quem pode perdoar pecados a não ser Deus?” (Marcos 2:5). Não devemos estranhar, portanto, que no final tenha sido crucificado.

A razão pela qual continuam a surgir inúmeras obras, inclusive de muitos académicos, tentando de alguma forma “normalizar” Jesus, tornando-o compreensível como um simples judeu, encontra-se no facto de ser difícil aceitar a conclusão óbvia: Jesus Cristo, essa pessoa extraordinária e com uma ética revolucionária ainda hoje inspiradora, apresentou-se não só como mensageiro de Deus, mas como a Sua própria encarnação, para nos chamar a si. Ele não apresentou uma nova doutrina, filosofia ou revelação, mas antes apontou para si mesmo. E esta conclusão desconfortável leva-nos ao dilema de reconhecer em Jesus um mestre da vida imenso e extraordinário mas simultaneamente alguém que se assumiu como Deus entre nós».7

Este é o Jesus que os evangelhos e as cartas de Paulo nos apresentam, os únicos textos possíveis para uma construção aceitável do Jesus histórico⁸. Este agiu de tal forma que obrigou os discípulos a repensarem as suas categorias judaicas. É importante reconhecer também que nunca os autores cristãos do I século identificaram Jesus a Javé, pelo contrário, eles enfatizaram a diferença entre Jesus, o Filho, e Deus, o Pai, mas numa relação de tal modo próxima nas suas características divinas, que mais tarde seria necessário elaborar uma teologia que desse conta deste mistério, originando o conceito de “trindade”.

⁷ O texto dos últimos 3 parágrafos consta originalmente no artigo: Rainho, *Os cristos de hoje e o Cristo real*.

⁸ Em relação ao problema dos evangelhos gnósticos, agora ultrapassado entre os académicos, ver: Rainho, *O Misterioso Jesus*, pp. 285-319.

Perceber que é nas ações de Jesus que encontramos a origem e explicação para a sua divinização não é o mesmo que aceitar este mistério pela fé e reconhecer Nele a palavra de Deus entre nós. Mas já é um passo importante. O dilema de entender o mestre ético que foi Cristo e simultaneamente a sua pretensão de assumir características divinas deixam-nos poucas opções. Para muitos é o início da conversão, do tornar-se cristão mesmo não se sabendo exatamente o que isso significa, é pôr-se a caminho com o Cristo que nos exorta a segui-lo e que toca no mais profundo da nossa alma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Bíblia para Todos: tradução interconfessional, 2010. Lisboa: Sociedade Bíblica de Portugal.

Couchoud, P. L., 1924. *Le Mystère de Jesus*. Paris: F. Rieder et Cie Editeurs.

Darwin, F., ed. 1887. *The life and letters of Charles Darwin, including an autobiographical chapter*. London: John Murray. Volume 1.

Dawkins, R., 2007. *A Desilusão de Deus*. Cruz Quebrada: Casa das Letras.

Rainho, M., 2010. *O Misterioso Jesus*. Lisboa: Grupo Bíblico Universitário.

Rainho, M., 2012. *Os cristos de hoje e o Cristo real*. [online] Grupo Bíblico Universitário. O texto está acessível em: <https://gbu.pt/wp-content/uploads/2023/11/manuel-rainho-2012-04.pdf>.

Stark, R., 2007. *A Vitória da Razão*. Parede: Tribuna da História.

MITOS MODERNOS

Explorando preconceitos sobre a religião e a fé cristã

MANUEL RAINHO

Licenciado em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 2004, o Manuel foi um estudante muito ativo no GBU, como vogal de Proclamação e Serviço na direção estudantil em Lisboa. Quando terminou o curso mudou-se com a sua esposa Vera para a Guiné-Bissau, lecionando na Universidade Amílcar Cabral e na Escola Portuguesa de Bissau durante três anos, no intuito de conhecer e viver numa cultura e continente diferentes daquela onde havia nascido e aproveitando para apoiar o movimento cristão estudantil ali presente. Ao regressarem a Portugal, o Manuel ingressa no GBU como assessor em Coimbra e Lisboa, cargo que desempenhou por 5 anos. Após cerca de 9 anos envolvido noutros projetos, o Manuel regressou ao GBU em 2022 como Secretário-Geral coordenando o movimento e encorajando os líderes estudantis e os assessores, entre muitas outras funções.

**GRUPO BÍBLICO
UNIVERSITÁRIO**